



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, realizada no dia 10 de agosto de 2017.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, **sob a Presidência do Vereador Alexandre Bastos Rodrigues**, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Oitava Legislatura, com início às quatorze horas e quinze minutos, ocasião em que foram constatadas as ausências dos Vereadores Brás Zagotto e Sílvio Coelho Neto. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Neste momento, atendendo a uma convocação do Vereador Alexon Soares Cipriano, ouviremos a Sra. Cleuzei Miranda Smarzarro Moreira, Presidente do IPACI, que veio a esta Casa prestar esclarecimentos acerca de assuntos relacionados ao Instituto de Previdência. Convido toda a equipe do IPACI para tomar assento nas poltronas ao lado da tribuna e passo a palavra à Cleuzei, que tem o tempo que for necessário para a sua explanação. / **Cleuzei Miranda Smarzarro Moreira:** — Boa-tarde a todos! Agradeço este espaço para trazer o IPACI para perto dos senhores e, assim, estreitarmos os nossos laços de relacionamento. O IPACI foi criado pela Lei 4.501, de 25/03/1998, e, atualmente, a legislação que rege o Instituto é a 6.910, de 20/12/2013. Os segurados do IPACI são os servidores estatutários ativos, inativos e seus dependentes legais, e os benefícios previdenciários oferecidos são: aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória, aposentadoria voluntária, auxílio-doença, salário-maternidade e salário-família. Quanto aos seus dependentes, o Instituto oferece pensão por morte e auxílio-reclusão. O patrimônio do IPACI é composto por bens móveis, imóveis, valores e rendas, assim como também bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados e transferidos. Dentre as fontes de receita, temos as contribuições tanto patronal quanto dos segurados, as provenientes das aplicações financeiras, patrimoniais, extraordinárias, de juros, multas e de correção monetária, além de bens, direitos ativos e outras transferências. Há também a receita do Comprev e demais aportes. Hoje, a alíquota patronal é de 13%; a do servidor, 11%. O servidor inativo ou pensionista só paga a contribuição sobre o valor que excede o teto previdenciário, o mesmo do regime geral, que é de 5 mil 531 reais e 31 centavos, o qual é reajustado anualmente, no mês de janeiro. O IPACI tinha parcelamentos firmados com a Prefeitura e com a Câmara Municipal, oriundos de uma dívida gerada, desde a criação do Instituto, pelo não repasse do valor da contribuição do servidor, que era descontada, e também da patronal, mas esses parcelamentos não eram cumpridos. Essa situação ocorreu até 2010, quando foi feito um grande reparcimento de todos os débitos, tanto com a Câmara quanto com a Prefeitura. No caso da Prefeitura, o valor parcelado foi de 9 milhões, 589 mil, 58 reais e 21 centavos, correspondente ao período de dezembro de 1997 a maio de 2009 das contribuições patronais e também dos segurados, divididos em duzentas e quarenta parcelas, cujo pagamento foi iniciado em janeiro de 2011.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Inclusive, já recebemos a parcela de número setenta e nove, no valor de 89 mil, 802 reais e 76 centavos. Esse pagamento é feito rigorosamente em dia tanto pela Prefeitura quanto pela Câmara. No caso desta Casa, o período de parcelamento foi o mesmo da Prefeitura, ou seja, de dezembro de 1997 a maio de 2009, mas o número de parcelas foi menor, cento e cinquenta, também com início de pagamento em janeiro de 2011. No mês de julho, a Câmara nos pagou 22 mil, 834 reais e 33 centavos. Essas parcelas não são fixas e sobem todo mês. No caso do Município, a parcela inicial era de 39 mil reais; hoje, de 89 mil reais. Já a da Câmara era no valor de 10 mil 160 reais, e hoje subiu para 22 mil 834 reais e 33 centavos. Além das contribuições mensais, de 13% a patronal e 11% a do segurado, e dos parcelamentos para custear a Previdência, existe o Plano de Custeio, que foi inserido em dezembro de 2010, através da Lei 6.435, estando em vigor atualmente o parágrafo 7º do artigo 15, da Lei 6.910/2013. O Município de Cachoeiro de Itapemirim, através dos patrocinadores do IPACI, que são Prefeitura, Câmara de Vereadores, autarquias e fundações, em adição a sua contribuição previdenciária, prevista no inciso III desse artigo, é o responsável, obrigatoriamente, pela realização de aportes anuais ao IPACI, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Esses aportes não excederão o prazo máximo de trinta e cinco anos, mantendo-se o cronograma iniciado em 31/12/2011 e os demais até 31/12 dos exercícios subsequentes, conforme a Lei 6.435. Para efeito do Plano de Custeio visando garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do IPACI, mantém-se a base de cálculo dos aportes constituída pelos servidores da seguinte forma: servidores ativos que se aposentaram a partir de 01/01/2011 e os que vierem a se aposentar até 31/12/2025 e os dependentes dos servidores ativos referidos na alínea anterior. Quanto ao valor dos aportes a que se refere o parágrafo 7º desse artigo, a cada exercício, não poderá ser inferior à folha de benefícios dos segurados que constituem a base de cálculo dos aportes prevista no parágrafo anterior. Desde 01/01/2012, existe a obrigatoriedade desses aportes em cima da folha paga mensalmente do grupo de servidores, sendo parâmetro o valor mínimo que será aportado. Essa lei permite que os aportes ocorram até o dia 31/12 do exercício. Do grupo do Plano de Custeio, o IPACI paga a folha mensal do servidor e encaminha um relatório todo mês à Prefeitura e à Câmara sobre esses valores, sendo que tais Poderes, por lei, têm até o dia 31/12 para nos pagar sem juros e sem correção. De acordo com o parágrafo 16, que assegura a alíquota total de 24% e os aportes adicionais com a presente lei, fica mantido o pagamento dos proventos e pensões dos servidores dos Poderes Legislativo e Executivo, com suas autarquias e fundações, pelo Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim. O IPACI paga essa folha, e os entes patrocinadores devem aportar, no mínimo, o mesmo valor desses recursos para o grupo de servidores. O parágrafo 17 traz uma autorização para o Poder Executivo transferir ao IPACI bens, direitos e ativos de propriedades do Município, com o objetivo de atender ao disposto no parágrafo 14 do artigo 15 dessa lei. Hoje, o IPACI tem oito imóveis aportados, a título de Plano de Custeio, por conta desse artigo da lei. Considerando a base de julho de 2017, o IPACI tem três mil quatrocentos e cinquenta e oito segurados, sendo dois mil oitocentos e quarenta e sete ativos, incluindo servidores da Prefeitura, da Câmara, do IPACI e da Agersa, quatrocentos e trinta e oito inativos e cento e setenta e três pensionistas. De janeiro a julho deste ano, o IPACI concedeu quarenta e uma aposentadorias voluntárias, seis aposentadorias por invalidez e oito pensões. Temos uma média de concessão mensal de quarenta auxílios-doença e dez benefícios de salário-maternidade. Por conta das mudanças na regra de aposentadoria, o Instituto já aposentou mais pessoas este ano do que em todo 2016, totalizando quarenta servidores. Em julho, o IPACI gastou 1 milhão, 218 mil, 921 reais e 63

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

centavos com o pagamento dos inativos; 305 mil, 644 reais e 21 centavos com os pensionistas, 75 mil, 116 reais e 54 centavos com auxílio-doença; 44 mil, 1 real e 66 centavos com salário-maternidade; e 1 mil, 89 reais e 82 centavos com auxílio-reclusão, totalizando uma folha com benefícios previdenciários de 1 milhão, 644 mil, 773 reais e 86 centavos. Em 31/12/2016, o Instituto possuía aplicado no mercado financeiro 157 milhões, 564 mil, 327 reais e 64 centavos; no dia 31/07/2017, esse valor estava em 173 milhões, 327 mil, 664 reais e 51 centavos. Os oito imóveis repassados ao Instituto totalizam 15 milhões, 616 mil, 553 reais e 77 centavos. Hoje, entre imóveis e aplicações no mercado financeiro, o IPACI tem 188 milhões, 944 mil, 218 reais e 28 centavos. Quero registrar que o valor total desses imóveis não foi atualizado desde que eles vieram para o Instituto. Em 2011, foi aportada pelo IPACI uma área de terreno urbana, localizada na Rodovia Mauro Miranda Madureira, no Bairro Valão, fazendo divisa com a CEASA Sul, no valor de 625 mil e 620 reais. Em 2012, foi aportada uma área de terreno urbana, dotada de dois galpões, prédio administrativo e benfeitorias, localizada também na Rodovia Mauro Miranda Madureira, no Bairro Valão, onde hoje funcionam a SEMUI e a BRK, cujo valor é de 3 milhões, 456 mil, 391 reais e 13 centavos. Em 2013, foi aportado o prédio do antigo SESC, no valor de 5 milhões, 756 mil e 855 reais. Em 2014, foram aportados dois terrenos que ficam por trás do prédio do antigo SESC, no valor de 438 mil, 583 reais e 80 centavos. Em 2015, foram aportados quatro imóveis, sendo um terreno na Rodovia Safra x Cachoeiro, no valor de 4 milhões, 438 mil e 278 reais, um na Sambra, Distrito de Soturno, no valor de 539 mil, 189 reais e 17 centavos, outro ao lado da Divan, no valor de 267 mil e 95 reais, e uma sala comercial no Edifício Itapuã, no valor de 96 mil, 541 reais e 67 centavos. A minha apresentação foi breve, mas estou à disposição dos senhores para responder qualquer pergunta e esclarecer as dúvidas, pois o nosso intuito é a aproximação e a parceria com a Câmara Municipal. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Peço à secretária que faça a chamada dos vereadores para se manifestarem, começando pelo companheiro Alexon, que foi o autor do requerimento. Cada vereador terá um minuto para formular sua pergunta, e a Sra. Cleuzei, dois minutos para a resposta. / **Alexon Soares Cipriano:** — A senhora disse que o parcelamento tanto da Prefeitura quanto da Câmara está sendo pago em dia. O inciso I do artigo 22 da Lei 6.910 diz o seguinte: “O recolhimento ou repasse das contribuições previdenciárias previstas nessa lei ocorrerá no vigésimo quinto dia do mês subsequente, contados da data em que ocorrer o desconto correspondente ao servidor titular no cargo efetivo.” A Câmara e o Município têm repassado mensalmente todos os valores atuais ao Instituto? / **Cleuzei Miranda Smarzaró Moreira:** — Tanto a Câmara quanto o Município fazem o repasse do parcelamento em dia, assim como também o das contribuições previdenciárias mensais. Com relação aos aportes previstos em lei, a Câmara nos repassou os meses de janeiro e fevereiro, e a partir de março não houve repasse. Entretanto, o presidente desta Casa nos encaminhou um ofício, informando que, conforme decisão da Mesa Diretora, esses aportes serão repassados de acordo com a legislação e serão quitados até o dia 31/12 de cada ano. O Município não repassou nenhum dos aportes do ano de 2017. Por quê? Porque, no ano passado, não houve previsão orçamentária, não sendo feita nenhuma rubrica para esse pagamento. Então, depende da feitura de lei, criando crédito especial para que esse repasse seja feito. Nós já cobramos do Município, através de ofício e também pessoalmente, e ficou de ser verificado se há ou não superávit para saber de onde vão retirar esse recurso. / **Alexon Soares Cipriano:** — Hoje, o desconto patronal para o IPACI é de 13%, mas, de acordo com a atualização atuarial feita pelo Instituto todo ano, qual deveria ser esse percentual? / **Cleuzei Miranda Smarzaró Moreira:**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

— Foi feita uma atualização atuarial em maio pela Caixa Econômica Federal, que aponta o aumento da alíquota patronal para 16,53%, mantendo-se a do segurado em 11% e também a do atual plano de aporte. Para evitar dúvidas, na semana passada, assinei um contrato com a ETA Consultoria Atuarial para também fazer o cálculo, com vistas a compararmos. Além disso, essa consultoria foi contratada para elaborar estudos quanto à forma de retorno financeiro dos imóveis aportados pelo Instituto ou se será melhor vendê-los. Inclusive, a Beatriz, que é a pregoeira do Instituto, fará um curso sobre leilão de imóveis; assim, se a decisão for vendê-los, saberemos como fazer um termo de referência para efetivar isso. / **Alexon Soares Cipriano:** — Quanto aos imóveis aportados pelo IPACI, a senhora já disse que o valor dos mesmos não foi atualizado. Quais foram as dificuldades encontradas para que não fosse feita a reavaliação desses imóveis? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Esses imóveis não dão retorno financeiro ao Instituto, e existe a necessidade de eles terem o valor atualizado no patrimônio do IPACI. No dia 11/01, fiz um ofício à Caixa Econômica, solicitando a avaliação dos imóveis para locação, pois, devido à quantidade de investimentos que o Instituto tem naquele banco, queríamos que isso fosse feito a custo zero. Aí, começaram as nossas dificuldades. Em maio, solicitamos a reavaliação de todos os imóveis para decidirmos se iríamos vendê-los ou não. A Caixa Econômica cobrou do Instituto, apenas pela avaliação para locação do prédio do antigo SESC, 41 mil e 600 reais. Se não estamos recebendo nenhum valor, como podemos dispor desse montante para fazer a avaliação? Continuamos em negociação com a Caixa, e o valor já foi reduzido para aproximadamente 20 mil reais, mas estamos tentando diminuir ainda mais. Também fizemos uma cotação junto às imobiliárias da cidade para a avaliação do prédio do SESC e do imóvel do Bairro Valão, o qual está ocupado. Somente uma imobiliária nos respondeu e cobrou 9 mil e 300 reais, valor esse que consideramos alto. Depois de fazer alguns cursos junto ao Tribunal de Contas, verificamos que essa forma não era a mais acertada. O correto seria fazer um procedimento licitatório de credenciamento, porque quem pode avaliar esses imóveis são os engenheiros ou arquitetos. Então, estamos construindo um termo de referência para fazer a licitação de credenciamento desses profissionais. Obrigatoriamente, esses imóveis devem ser avaliados todos os anos para sabermos se houve perdas ou não. Encontramos uma avaliação de locação do prédio do SESC, feita em 2013, quando ele foi pego pelo Instituto; então, esse valor foi atualizado e, em 10/07, nós o submetemos ao Conselho de Previdência para saber se os membros estavam de acordo que fosse feita a cobrança do Município. O conselho concordou, e só estamos aguardando o envio da ata para conversarmos com o secretário de Administração e fazermos, de forma oficial, a cobrança dos aluguéis do presente e também do passado. Quanto ao imóvel do Bairro Valão, em janeiro, recebemos a informação de que ele estava desocupado, mas fomos até o local e constatamos que a BRK o utilizava. Então, encaminhamos um ofício à Empresa BRK, informando-lhe que aquele imóvel era de propriedade do Instituto; portanto, deveria ser pago aluguel de acordo com o valor de mercado. A BRK nos devolveu o ofício, informando que aquele era um bem reversível, com base em lei de 1996, pois o imóvel havia sido passado em concessão à Citágua, à Odebrecht e, agora, a eles, não cabendo, assim, pagamento de aluguel. Nós comprovamos que aquele imóvel é de propriedade do IPACI, da mesma forma que os demais que foram citados aqui, pois temos escrituras. Ontem, a BRK encaminhou um pedido à Agersa e ao prefeito, solicitando que a Prefeitura determinasse ao IPACI a não cobrança do aluguel daquele imóvel por se tratar de um bem reversível; além disso, alegou que a população sofreria, visto que o aluguel impactaria na tarifa de água. A empresa também solicitou ao Município que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

dispusse de outro imóvel para ela. Agora, vamos procurar a Dra. Ângela para ver o que pode ser feito, porque, quando esse imóvel foi repassado ao Instituto, havia uma certidão livre de ônus. Ficamos sabendo sobre a existência de uma lei que autorizava a doação do imóvel ao SAAE, mas essa doação nunca foi efetivada. Faremos um estudo da situação para saber se cobraremos da BRK ou se o imóvel foi passado ao Instituto de forma indevida; só assim resolveremos essa questão. / **Alexon Soares Cipriano:** — Sabemos que o IPACI possui deficiência em função de alguns cargos de provimento para concurso, inclusive de assessoria jurídica. Qual é a realidade do Instituto e o que seria preciso, dentro da estrutura, para que ele funcionasse redondinho? Gostaria de saber se essa situação já foi conversada com o prefeito e se há alguma previsão nesse sentido. / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — Em 2015, foram declarados inconstitucionais o cargo de diretor jurídico do Instituto e também a própria diretoria jurídica, mesmo constando do organograma do IPACI; então, hoje, o Instituto carece de uma pessoa para defendê-lo. Na época, o Jardel, que é um servidor de carreira do Município, foi levado para o IPACI; porém, o Ministério Público informou ao Instituto que esse procedimento estava irregular, pois deveria ser aberto concurso público para prover o cargo de procurador autárquico. Como isso ocorreu em período eleitoral, foi assinado o termo de compromisso de que, mas à frente, seria providenciada a criação desse cargo de provimento efetivo. Outra solução seria levar um procurador municipal para atuar no IPACI, mas, quando assumi a presidência do Instituto, procurei o Prefeito Victor e a Dra. Ângela para saber se havia essa possibilidade, o que não foi possível, visto que a procuradoria já é carente de servidores. Há um mês, o Dr. Wagner nos solicitou providências quanto a essa situação. Também estamos aguardando a ata do Conselho de Previdência, pois já foi aprovada a proposta, criando os cargos de procurador autárquico e de diretoria jurídica, para ser enviada ao Executivo e à Câmara, de maneira a ser aberto concurso público para regularizar a situação do IPACI. Inclusive, peço a ajuda dos vereadores, pois, em breve, esse projeto chegará a esta Casa. / **Alexon Soares Cipriano:** — Há alguns anos, o IPACI tinha uma espécie de convênio com os hospitais de Cachoeiro. Então, gostaria que a senhora esclarecesse o que é fato e o que é boato a esse respeito, pois somos cobrados por alguns servidores do Município. / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — O IPACI tem dezenove anos, e sempre enfrentamos questionamentos sobre isso. O Instituto não é plano de saúde, e sim de Previdência, que trata de auxílio-doença, aposentadoria e pensão. Até o ano passado, essa assistência médica era concedida pelo Município aos servidores estatutários. Deixo claro que o Município trabalha com servidores estatutários, celetistas, contratados, comissionados e de designação temporária. Uma forma de verificar se o servidor é estatutário é observar se no contracheque dele é descontado para o IPACI. Vereador, por lei, somos impedidos de prestar qualquer tipo de assistência médica. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Gostaria de registrar o compromisso da Câmara Municipal quanto à questão do aporte, que, pela primeira vez, será feito em dinheiro, no mês de dezembro. Graças à economia que os vereadores têm feito e ao controle das nossas finanças, vamos abater o saldo devedor que a Câmara tem para com o IPACI. / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — Presidente, o senhor disse que, em dezembro, o aporte será feito em espécie, mas eu gostaria de contar com a sensibilidade de todos os senhores quanto à situação do Instituto. Como não se pode pensar em previdência a curto prazo, a nossa obrigação é construir reservas, garantindo o pagamento de aposentadorias e pensões aos segurados e a seus dependentes, pois, se tudo der errado, o problema recairá no colo dos entes maiores, que são a Prefeitura e a Câmara, respectivamente com seus servidores. Hoje, financeiramente, dentro do exercício, o Instituto é superavitário, porque a arrecadação é

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

maior do que o gasto; porém, atuarialmente, a longo prazo, ele é deficitário. Então, cada vez mais tem sobrado menos dinheiro, e não estamos conseguindo investir nem fazer uma poupança de longo prazo, porque o dinheiro que entra das contribuições previdenciárias é utilizado para pagar os benefícios, sendo que os aportes são recebidos somente em dezembro, sem juros e sem correção. Isso está na lei, é legal, mas não é bom nem saudável para o Instituto. Assim, contamos com a colaboração dos senhores para que o repasse seja feito mensalmente, de maneira a conseguirmos fazer uma poupança. O IPACI, a Prefeitura e a Câmara precisam se unir, porque o Instituto está começando a apresentar sinais de fraqueza, sendo necessária uma injeção de vitamina. Se isso não for feito, a situação ficará cada vez mais complicada. Presidente, conto com a sensibilidade dos senhores, no sentido de repassarem esses aportes, no mínimo no valor da folha, de forma mensal ao Instituto. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Vamos estudar isso. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Estou satisfeito com a explicação e com as respostas às perguntas do Vereador Alexon. / **Dario Silveira Filho:** — Em fevereiro, eu e os Vereadores Alexon e Paulinho visitamos o IPACI. Sou muito cobrado pelos funcionários, que sempre me perguntam se vão perder o direito ao quinquênio e ao decênio. / **Cleuzei Miranda Smarzaró Moreira:** — Desculpe-me, vereador, mas preciso entender o seu questionamento. O senhor está falando sobre perder esse direito na hora em que o servidor se aposentar ou sobre o Município suprimir essa vantagem funcional? / **Dario Silveira Filho:** — Exatamente. / **Cleuzei Miranda Smarzaró Moreira:** — Com relação a isso, somente o Poder Executivo poderá lhe dar essa explicação. Eu só poderia lhe responder sobre o alcance dessas gratificações na aposentadoria. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ouvimos na mídia que, se a reforma da previdência não for feita, ela não sobreviverá. Hoje, qual é a situação do IPACI? Ele corre o mesmo risco do INSS de chegar ao ponto de não conseguir sobreviver? / **Cleuzei Miranda Smarzaró Moreira:** — Com relação aos Regimes de Previdência Municipal, posso lhe dizer que a maioria deles tem uma situação mais confortável, se comparados com os de nível Estadual. O IPACI é um rapaz de dezenove anos que vem saudável, mas já apresenta sinais de cansaço. Se não fizermos uma intervenção, como apontou o cálculo atuarial sobre a mudança de alíquota patronal, ele se tornará inviável. Por isso, contratamos outra consultoria, que fará novamente esse cálculo atuarial, assim como estamos tentando que o Banco do Brasil também o faça; de posse de três deles, poderemos compará-los. Como servidora de carreira que sou, tenho grande preocupação com o futuro do Instituto, pois, se tudo der certo, irei me aposentar daqui a alguns anos. Repito que, se tudo der errado, isso recairá sobre a Prefeitura e a Câmara, o que dificultará a vida desses entes. Diante disso, precisamos fazer com que o IPACI se mantenha saudável e, portanto, devemos providenciar as intervenções necessárias. Os cálculos atuariais feitos anualmente têm mostrado que é preciso haver mudança. / **Delandi Pereira Macedo:** — A mudança que ocorrerá em nível nacional alcançará o IPACI? / **Cleuzei Miranda Smarzaró Moreira:** — Sim, no que diz respeito às regras de aposentadoria. Para mim, enquanto servidora, as mudanças não serão interessantes, porque terei que trabalhar por mais tempo; no entanto, como gestora do Regime Próprio de Previdência, vejo que elas são necessárias, já que, sendo alongado o tempo de trabalho, também terei um tempo maior para constituir reservas. Essa mudança na Previdência vai mudar todo o cálculo atuarial. / **Diogo Pereira Lube:** — É possível disponibilizar no Portal da Transparência esses dados trazidos aqui para que os municípios também tenham acesso a eles? O Executivo ou o Legislativo precisa fazer uma intervenção ou uma lei específica para que esses dados sejam disponibilizados? Cleuzei, analisando o valor do parcelamento, vi que ele dobrou; então,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

gostaria de saber quais são os critérios para essas parcelas não serem fixas. Em cima de que taxas, de quais alíquotas os valores são reajustados? / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — Quanto à disponibilização desses dados no portal, existe a Lei da Transparência, e não há necessidade de legislação local para isso. Hoje, o IPACI tem um site, e a crítica é bem-vinda para que possamos melhorá-lo e disponibilizar aos cidadãos todas as informações de forma mais clara e simples de serem acessadas. O Município já tem um projeto, que está em fase final, para um novo Portal da Transparência, o qual abrangerá o IPACI, onde serão disponibilizadas muitas ferramentas para consulta. Peço ao diretor financeiro do IPACI que responda a sua pergunta sobre o porquê de os valores do parcelamento não se manterem os mesmos. / **Hudson Dessaune da Silva:** — A Lei 6.910 diz que a atualização de todas as dívidas previdenciárias é baseada no IPCA, mais 6% ao ano e mais uma multa de 2% sobre cada competência paga em atraso. Para o parcelamento, há uma lei específica que puxa os mesmos índices, ou seja, o IPCA e mais 6%. Então, o valor da parcela é dobrado e também o montante da dívida principal; assim, a que era de 1 milhão de reais, com a atualização, passou para 2 milhões de reais. Todo mês ela sofre correção do IPCA e mais 6% devido à exigência da legislação. Existe a meta atuarial, que é o mínimo de rentabilidade que o Instituto tem que auferir ao final do ano, composta pelo IPCA e mais 6%. Por isso, todas as dívidas do Instituto seguem a meta atuarial. / **Edison Valentim Fassarella:** — Gostei dos esclarecimentos feitos pela presidente do IPACI, pois consegui entender melhor o Instituto. Há muitos servidores da Prefeitura que ainda não se aposentaram para não perderem o tiquete. Como há dificuldade de o IPACI receber alugueis dos seus patrimônios, gostaria de saber se o Instituto já foi notificado pelo Ministério Público para fazer essa cobrança principalmente da BRK e da Prefeitura. / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — O Instituto já foi notificado mais de uma vez com relação a esses imóveis, pois o Ministério Público queria informações sobre o repasse dos mesmos, que legislação amparou isso e se há retorno ou não. Esses imóveis foram repassados ao IPACI a título de amortização de aporte do déficit atuarial, que é aquele a longo prazo. O Instituto foi criado em 1998 e já nasceu com uma dívida previdenciária, pois havia mais de cem aposentados e pensionistas. Naquele nascimento, deveriam ter sido aportados “x” milhões de reais ao Instituto, o que não ocorreu; portanto, esse déficit atuarial é em decorrência disso. A legislação federal só permite que os imóveis sejam aportados para essa finalidade. O pagamento das contribuições mensais, por exemplo, não poderia ser feito através de imóveis. Assim, os imóveis recebidos pelo Instituto, obrigatoriamente, pertencem ao Fundo Previdenciário. Isso quer dizer que a natureza desses imóveis é para pagamento de benefício previdenciário. Se o IPACI se instalasse no prédio do SESC, por exemplo, teria que pagar aluguel ao Instituto. Portanto, o Instituto não pode usar, ceder ou emprestar os imóveis, pois eles devem ter rendimento, já que são para pagamento de benefício previdenciário, diferentemente do imóvel do antigo Ita, que foi adquirido pelo Instituto, com reserva e a sobra da taxa de administração, para a construção de sede própria. Então, não existe a obrigação de retorno financeiro quanto àquele imóvel, e podemos ocupá-lo. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Geralmente, a população e os vereadores, talvez, por falta de conhecimento, acabam comparando a Previdência Social com o IPACI; agora, com a explanação feita aqui, percebemos que há muitas diferenças. A Previdência Social, por exemplo, passa por crise, porque o mercado também vive uma crise; quanto menos pessoas trabalhando menos recursos, enquanto que a quantidade dos que recebem benefício continua a mesma ou até aumenta. Acredito que a situação do IPACI seja ainda pior, porque o quadro funcional da Prefeitura não aumenta. / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — Essa é uma das dificuldades do IPACI

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que impactam também no aumento da alíquota mensal patronal. Hoje, a idade média de entrantes no Município é alta, de quarenta e seis anos, o que faz com que o tempo para constituir reserva seja menor. Não há novos entrantes, porque não é feito concurso público, e isso tudo ajuda a encarecer o plano. No Brasil, as famílias estão encolhendo, tendo apenas um ou dois filhos, e isso faz com que haja menos gente na ativa para financiar os aposentados; então, no final, essa conta não fecha. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — O patrimônio total do IPACI gira em torno de 211 milhões de reais? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — 188 milhões de reais. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Eu somei os débitos parcelados, sendo o da Câmara de 1 milhão e meio de reais, e o da Prefeitura de 19 milhões. Este ano, a Prefeitura ainda não fez nenhum aporte, mas está pagando o parcelamento. Daqui a pouco, ela terá que fazer outro parcelamento do que ficou atrasado, e isso é preocupante. Além disso, a maioria dos imóveis do IPACI está sendo utilizada pela Prefeitura. A meu ver, tudo isso vem causando doenças nesse jovem rapaz, como você comentou, e vai prejudicar ainda mais o Instituto lá na frente. Qual seria o planejamento para resolver essas questões e dar saúde à Previdência Municipal? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Antes de responder a sua pergunta, gostaria de esclarecer que foram aportados ao Instituto imóveis até 2015. Como ficou o ano de 2016? Não houve nenhum repasse em espécie ou em imóveis. Em 02/01, cobramos essa dívida de pouco mais de 6 milhões de reais do Município, havendo um crédito de imóveis anteriores, em torno de 2 milhões de reais, restando o valor de 4 milhões e 700 mil reais. O Município se dispôs a pagar esse valor, através de levantamento de depósitos judiciais junto ao Banestes. Foi feito um trabalho junto ao Tribunal de Justiça, o presidente do TJ autorizou, e houve a liberação de recursos em maio. Esse levantamento só pode ser autorizado para efeito de pagamento previdenciário; entretanto, ocorreu algum problema com o Banestes. A Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Município agendaram uma reunião no Tribunal de Justiça para tentarem equacionar o problema, pois esse dinheiro não veio para o Município nem para o Instituto. Isso dificulta ainda mais a nossa situação, porque, em 2016, o IPACI arcou integralmente com todos os pagamentos mensais e até hoje não recebeu nenhum centavo. Então, como faço uma poupança para garantir os benefícios futuros? Como fica a minha aposentaria e a de alguns de vocês, que são servidores de carreira? Por isso, mesmo constando na lei que esse pagamento pode ser anual, solicitei que ele seja feito mensalmente. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Foi feita pela Prefeitura a troca do prédio do SESC com um terreno da antiga Telest, no Bairro Aeroporto, onde está sendo construída a nova sede do SESC de Cachoeiro. Como foi feita essa troca? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Peço ao Dr. Antônio que lhe responda, porque ele vivenciou tudo isso. / **Antônio Henrique Fraga Botelho:** — Na verdade, o Município fez a doação daquele terreno para a associação de servidores construir a sua sede social, mas tal doação não se efetivou. Então, o Município desafetou aquele imóvel e o trocou com o prédio do SESC, dando alguns materiais de construção, e, em 2013, aportou o imóvel ao IPACI. O Instituto tem toda a documentação referente àquele imóvel e também à permuta. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Na verdade, a Prefeitura repassou o imóvel ao Instituto para cobrir o aporte financeiro que deveria ter sido feito. / **Ely Escarpini:** — O que poderia ser feito para que a Prefeitura pague o aluguel dos imóveis que ela está utilizando? Poderia ser criada uma lei nesse sentido? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — A nossa dificuldade é quantificar o valor a ser cobrado de aluguéis. No caso do prédio do SESC, já encontramos esse valor e o submetemos ao Conselho de Previdência do IPACI para aprovação, inclusive estamos aguardando a ata ser entregue para oficializar essa cobrança ao Município. Quanto ao imóvel utilizado pela BRK, eu já relatei o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

problema, e vamos estudar a situação para saber qual será o procedimento a ser feito para que o Instituto receba o aluguel. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Quando o Prefeito Victor tomou posse, eu lhe disse que encontraria uma empresa com profissionais altamente qualificados, que são os funcionários da Prefeitura, sendo um exemplo disso o IPACI. Nós, servidores do Município, temos grande confiança na equipe do IPACI; por isso, conte conosco como aliados. / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — Agradeço o voto de confiança. A maioria dos servidores do IPACI é de carreira do próprio Instituto, pois, em 2015, foi feito um concurso específico para isso, sendo o restante cedido pelo Município. Lá, não existe “a presidente”, pois somos uma equipe que trabalha junto, buscando o melhor para o Instituto. Sempre dizemos aos aposentados que aquela é a nossa casa. Existe um afastamento muito grande do servidor efetivo, que só nos procura na hora de se aposentar ou para a concessão de algum benefício. O IPACI é a nossa casa e está aberto para os servidores analisarem as contas, os processos, darem sugestões e até criticar. O nosso objetivo é o crescimento e o fortalecimento do Instituto. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Nós somos políticos, mas é importante que não haja cargos políticos na equipe do IPACI; assim, a credibilidade será muito maior. / **Higner Mansur:** — Cleuzei, parabéns pela sua vida profissional na Prefeitura e no IPACI e pela sua maneira transparente de agir! Gostaria que você disponibilizasse para a Câmara cópia dessa mídia que trouxe aqui, pois há informações importantes nela. Sou apaixonado pela previdência privada, pois eu só tenho dignidade aos sessenta e nove anos, porque possuo uma aposentadoria da Caixa Previdência, como funcionário que fui do Banco do Brasil. Sou aposentado há vinte anos do Banco do Brasil, contribuí por vinte e seis anos, e a minha aposentadoria nunca atrasou sequer um dia. Inclusive, já recebi 20% de aumento no meu benefício, de tanto dinheiro que havia na Previ. O IPACI tem 180 milhões de reais para quatro mil servidores; a Previ tem 180 bilhões de reais para oitenta mil funcionários, aposentados e pessoas de licença. Em 1988, quando foi feita a Lei Orgânica do Município, fui contra a que fosse criado o Instituto de Previdência. Em 1993, disse ao então vereador Zuca, que era o líder do Governo de José Tasso na Câmara, que o IPACI não deveria ser criado, porque a situação de fundo de previdência pequeno sempre foi muito grave. Agora, salvo engano, o Portal da Transição dizia que seria preciso passar de 13% para 14% a contribuição da Prefeitura. / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — De acordo com o cálculo que temos, hoje, o aumento seria de 13% para 16,53%. / **Higner Mansur:** — Estão fazendo um estudo, que levará um ano para ficar pronto, visando a melhoria salarial do servidor do Município, mas, no final, não haverá dinheiro para isso, porque existe o limite de 54% de gasto com a folha. No ano que vem, já vai pesar o decênio dos servidores que tomaram posse em 2008. Então, estou duvidando que sobre dinheiro para pagar esses 16,53% e também acho que os 11% que o servidor paga ao IPACI serão aumentados para 13%. Valorizo a Previdência e fico satisfeito que você, Cleuzei, esteja à frente do IPACI, juntamente com a sua equipe. Estou preocupado com você como servidora, e não como a presidente do Instituto. Pode contar comigo, mas também com a minha zanga, até porque, se eu não agir assim, não merecerei estar aqui. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Cleuzei, parabéns pelo trabalho que desenvolve no IPACI! Com relação aos imóveis do Instituto, quais estão alugados e seus valores? / **Cleuzei Miranda Smarzarzo Moreira:** — O IPACI tem oito imóveis, adquiridos através de aportes, sendo que os edificadas são o prédio do SESC, a sala do Edifício Itapuã e dois no Bairro Valão, os outros são em terra nua, não auferindo rendimento nenhum. Com relação aos que estão ocupados, não recebemos sequer um centavo, já que não houve cobrança desses aluguéis. Relatei o que o Instituto tem feito a fim de apurar os valores e cobrar de forma

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

efetiva esses aluguéis. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Quem está ocupando esses espaços? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — O prédio do SESC é ocupado pela Secretaria de Administração, pela Controladoria e parte da SEMU; o imóvel do Bairro Valão, pela Secretaria de Interior e pela BRK. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Esses imóveis foram repassados ao IPACI? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Sim, e pertencem ao Instituto. / **Wallace Marvila Fernandes:** — A Prefeitura repassou esses imóveis devido ao débito que tinha para com o IPACI. Agora, se ela está utilizando tais imóveis, na verdade, não repassou nada ao Instituto. / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Como já disse, esses imóveis pertencem ao Fundo Previdenciário e não podem ser emprestados, devendo haver cobrança para a utilização deles. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Essa cobrança pode ser retroativa? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Nós faremos essa cobrança. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Como você disse, o IPACI é um jovem de dezenove anos que, hoje, passa por problemas de saúde. Se não houver concurso público, o IPACI tem condições de durar ou os funcionários aposentados voltarão a receber pela Prefeitura? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Se houver a extinção do IPACI, os aposentados retornarão para os entes Prefeitura e Câmara, que são os responsáveis pelos servidores. Por isso, todo ano, é feita a reavaliação atuarial para essa verificação. Além disso, há uma conversa com o Executivo no sentido de que seja feito concurso público para novos entrantes nessa conta que não fecha. É preciso também incentivar a população a ter mais filhos, porque, assim, será possível patrocinar a previdência, de uma forma geral. Na pior das hipóteses, se não houver mais concurso público, se o pessoal se aposentar e se a alíquota se mantiver nesse patamar, a Previdência não se sustentará. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Vocês têm ideia de quando vigorará esse aumento de 13% para 16,50%? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Esse cálculo atuarial foi feito em maio deste ano e tem como data base 31/12/2016, ou seja, o aumento de alíquota já deveria estar vigorando. Informamos à Secretaria da Previdência, no DRA, sobre esse cálculo, e, através dele, foi liberado o CRP; então, a Previdência irá nos notificar para podermos cumprir o que ficar estabelecido. Se for mostrado um déficit, o Executivo terá que tomar as providências no sentido de encaminhar um projeto de lei para modificar a alíquota e normalizar a situação. Esse cálculo que consta na Secretaria da Previdência é passível de ser retificado, caso haja um estudo que mostre outra situação. Inclusive, já solicitamos uma assessoria atuarial, a qual está elaborando esse estudo, com a mesma base, para confrontarmos os dados e vermos se a situação é realmente essa ou se é pior do que a demonstrada. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Quem está utilizando o espaço do prédio da Itapuã? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Está vazio, pois a Academia Cachoeirense de Letras saiu lá em dezembro do ano passado. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Quero agradecê-los pela disponibilidade de nos tirar algumas dúvidas ou mesmo nos responder certos questionamentos até através do telefone. Corroboro com as palavras do Vereador Paulinho, pois essa é uma empresa que nos orgulha, com funcionários capacitados que de fato fazem o Município funcionar. Quem realmente faz isso são os servidores, pois, cada um na sua área, formam esse grande quebra-cabeça que é Cachoeiro de Itapemirim, embora eu saiba que, às vezes, há peças que dobram ou que se perdem no caminho. Esta Casa está feliz de ver a disponibilidade de vocês, que se superam a cada dia. Cleuzei, como essa apresentação está benfeita e muito detalhada, sugiro que ela conste no site da Prefeitura ou do IPACI, até por ser de fácil entendimento. Assim, todos poderão ter acesso a esses dados. / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Ao ser convidada para vir aqui, imaginei, como servidora, o que eu gostaria de ouvir sobre o Instituto. Assim, construímos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

essa apresentação em cima das perguntas que gostaríamos de ver respondidas, mas o Instituto está aberto à Câmara, que é um órgão fiscalizador, e também a todos os servidores, inclusive os convido a nos visitar e nos auxiliar nessa jornada, pois precisamos trabalhar em parceria. Sintam-se à vontade para irem ao IPACI, visto que o nosso interesse é a sustentação desse Instituto. Também ficamos muito felizes com essa abertura por parte da Câmara, pois, nesses dezenove anos, o responsável pelo Instituto nunca foi chamado para falar sobre isso; às vezes, ele vinha aqui para apresentar algum projeto de lei ou fazer outra coisa nesse sentido. Não havia essa abertura para mostrar quem somos nós e o que estamos fazendo lá, até para desmistificar o Instituto. Enquanto servidores, é muito importante estreitarmos esse laço de relacionamento da Câmara com o IPACI. Podem contar conosco, mesmo que seja para nos dar um puxão de orelha, pois queremos a parceria dos senhores. Gostaria de dizer que não trabalho sozinha, inclusive trouxe aqui a minha equipe, todo o corpo técnico. Investimos muito lá em qualificação, porque, além de a Previdência ser bastante dinâmica, trabalhamos com a vida dos servidores, que laboraram muito junto ao Município; por isso, precisamos lhes dar dignidade no momento em que nos procuram para saber sobre suas aposentadorias. É nossa obrigação, enquanto Instituto de Previdência, orientá-los sobre os seus direitos; zelamos e primamos por isso, abraçando essa causa. / **Sebastião Gomes:** — Quem criou o IPACI? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — O Instituto foi criado em 1998, com efeitos retroativos a novembro de 1997, na época do então prefeito Ferraço. / **Sebastião Gomes:** — Por que a dívida da Câmara e do Município é tão alta? / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Até a instituição do IPACI, o servidor estatutário recebia o salário só com o desconto do Imposto de Renda e de consignação, ou seja, ele não contribuía para nenhum tipo de Previdência. Assim, quando se aposentava, quem pagava o seu salário era o Município ou a Câmara. A primeira contribuição descontada no contracheque do servidor foi no mês de abril de 1998. Portanto, o Município tinha que repassar mensalmente para o Instituto essa contribuição descontada do segurado e também a parte que lhe cabia; porém, isso não ocorria sempre, visto que repassava uma competência, mas não a outra, o que acabava acumulando. Aí, fazia-se o parcelamento, mas apenas uma ou duas parcelas eram pagas, o que fez com que a dívida fosse só crescendo. O período de parcelamento foi de 1997 até 2009. Infelizmente, para o nosso pesar e tristeza, houve um descaso para com a Previdência, o que gerou esse parcelamento tão alto e também a dificuldade do Instituto. / **Sebastião Gomes:** — Parabéns pelo trabalho e podem contar comigo. / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Eu o agradeço e repito que conto com cada um dos vereadores. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Agora, vamos lhe conceder mais um tempo para suas considerações finais. / **Cleuzei Miranda Smarzaro Moreira:** — Mais uma vez, eu gostaria de parabenizar o Alexon pelo convite e também a cada vereador pelas perguntas. Repito que estamos de portas abertas para recebê-los no Instituto e virarmos parceiros, com vistas a fortalecer o nosso Regime Próprio de Previdência. Estamos à disposição de todos. Muito obrigada por nos receberem aqui de braços abertos! / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Agradecemos a presença da Cleuzei e de sua equipe e os convidamos para virem à frente do plenário para registrarmos este momento com uma fotografia oficial. / Reiniciando os trabalhos da sessão, às dezesseis horas e dez minutos, feita nova chamada, foram confirmadas as ausências dos Vereadores Brás Zagotto e Sílvio Coelho Neto. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Registro que o Vereador Brás Zagotto tinha um compromisso inadiável; por isso, não está presente nesta sessão. Neste momento, atendendo a uma convocação do Vereador Alexon Soares Cipriano, convidamos para usar a tribuna o Sr. Carlos Henrique Salgado, Presidente da

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dataci, Companhia de Tecnologia da Informação do Município de Cachoeiro de Itapemirim, para prestar esclarecimentos acerca de alguns assuntos relacionados à empresa. Convidamos a equipe que o acompanha para tomar assento nas poltronas ao lado da tribuna. / **Carlos Henrique Salgado:** — Boa-tarde a todos! Agradeço a oportunidade de estar aqui para mostrar aos vereadores o trabalho da Dataci, empresa que fará trinta anos. Tecnologia da Informação e Comunicação não é apenas um enter que damos em nossos equipamentos, já que, por trás disso ou de um ícone, muitos procedimentos são criados, elaborados e fazem com que os conteúdos fiquem claros para aqueles que utilizam essas tecnologias. Desde que surgiu, a Tecnologia da Informação e Comunicação, TIC, tem sofrido revoluções que a tornam cada vez mais essencial à vida das pessoas. O que se iniciou como um simples instrumento de automatização de tarefas, com o objetivo de minimizar ou otimizar o trabalho humano, tornou-se o bem mais precioso para o sucesso de qualquer atividade, de pesquisas escolares à administração de grandes empresas, do gerenciamento de dados nos hospitais ou tratamento de doenças, antes consideradas irreversíveis, e da conexão de todos os pontos do planeta, derrubando fronteiras geográficas, culturais e ideológicas. A cada dia constatamos mais benefícios que os novos recursos tecnológicos são capazes de nos oferecer. Temos garantido qualidade e segurança em todos os serviços e em todas as áreas de atuação num mercado cada vez mais competitivo e turbulento. As ferramentas de comunicação digital permitiram a democratização do conhecimento, acelerando o desenvolvimento científico, tecnológico e de elevação. Mais de mil artigos científicos são compartilhados na internet diariamente, e a aplicação do seu conteúdo promove o incremento da qualidade de vida das pessoas nas áreas de saúde, educação, segurança e outras fundamentais para o ser humano. A Tecnologia da Informação e Comunicação se aprimora e cresce todos os dias, sendo difícil prever o impacto desse crescimento em todas as áreas do conhecimento. Nesse novo cenário, a Dataci, Empresa de Tecnologia de Informação de Cachoeiro de Itapemirim, envereda por um caminho que será decisivo para o desenvolvimento socioeconômico do nosso Município e para o bem-estar da população. São essas iniciativas que facultarão uma nova forma de construir conhecimento, se informar, perceber e apreender no mundo de hoje. É a revolução tecnológica que muda os novos tempos, segundo as necessidades atuais, estruturando novos conceitos culturais e sociais. A acessibilidade tão discutida e comentada em TIC também significa qualidade da informação, qualidade do aprendizado e qualidade de vida. A Tecnologia da Informação e Comunicação é um organismo vivo que precisa ser alimentado com inteligência, trabalho e elevação. O mundo exige isso, e a Dataci tem desenvolvido soluções tecnológicas que impulsionam o progresso e facilitam a vida. O caráter inovador dos produtos da Dataci já foi alvo de premiações pelo Governo do Estado e também em nível internacional, na Europa e na África. O conceito de cidades inteligentes, humanas e alegres se define pelo uso da tecnologia para melhorar a infraestrutura e tornar os centros urbanos mais eficientes e melhores para se viver. Para entender essa tecnologia da informação, precisamos perceber e compreender o elevado nível daquilo que se fala e se propõe, através dessa mesma tecnologia. É preciso que tenhamos capacidade e discernimento para não ficarmos só no preâmbulo das conjecturas e da vontade de realizar. Para o atendimento da comunidade pública e do governo, é preciso que haja essa comunicação, mas, enquanto Dataci, não podemos prescindir do apoio desta Casa, até porque não conseguiremos crescer, se não houver leis que gerem a dotação orçamentária para que sejam feitos investimentos em nossa estrutura de negócio. É de conhecimento de todos os senhores que os produtos e serviços que trafegam e vivem em nossas vidas, dos quais não conseguimos mais nos distanciar, precisam

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de manutenção e de recursos. Precisamos entender e perceber que, se estivermos distantes, não conseguiremos trabalhar. Então, contamos com a colaboração dos senhores para que a Dataci tenha a dotação orçamentária que precisa, a qual, durante oito anos, ficou distante dela no contexto físico e de equipamentos. Esses equipamentos precisam ser atualizados como uma forma de antivírus, e estou falando de cerca de duas mil estações de trabalho dentro do contexto do Município. Portanto, preciso de um antivírus adequado, o qual custa a bagatela de 110 mil reais por três anos, para sustentar toda essa estrutura de equipamentos, que chegam ao nível de obsolescência em dez anos. Como poderemos sobreviver, se não nos atualizarmos? Neste momento, passaremos um vídeo para que os senhores tenham ideia do que é a Dataci, o que ela faz e quais são os seus serviços. Agora, fazendo um resumo do que foi mostrado aqui, digo que a Dataci é uma estrutura de negócio que trabalha vinte e quatro horas por dia. A jornada de trabalho é de oito horas; assim, as outras horas ficam por conta de um plantão que não para, havendo um rodízio entre os funcionários. Se não houver cuidado quanto a esse plantão, a comunidade pública de Cachoeiro perderá a sua capacidade de serviço. A Dataci trabalha vinte e quatro horas por dia para que todos possam se manter utilizando os seus instrumentos no que se refere à tecnologia da informação, de maneira a que o Município de Cachoeiro de Itapemirim e os seus cidadãos possam desfrutar de acesso e de facilidades no seu dia a dia. Estou à disposição para responder aos questionamentos dos senhores. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Peço à secretária que faça a chamada dos vereadores para que se manifestem, iniciando-se pelo colega Alexon, que é o autor desse convite. / **Alexon Soares Cipriano:** — Dr. Henrique, ao fazer esse convite, o meu objetivo era que a Dataci fosse apresentada a esta Casa de forma mais detalhada e também para que os vereadores pudessem tirar dúvidas com relação à empresa. A Dataci é uma autarquia municipal? / **Carlos Henrique Salgado:** — Não, ela é uma empresa pública de direito privado. / **Alexon Soares Cipriano:** — Então, parte dela é pública, e parte é privada. O Município de Cachoeiro, através do orçamento, repassa recursos para essa empresa? Qual foi o montante relacionado no orçamento deste ano e qual a previsão para 2018? / **Carlos Henrique Salgado:** — Não há repasse. Estou à frente da empresa há apenas sete meses e fiz um estudo de viabilidade, solicitando um aporte de capital para que pudéssemos melhorar a infraestrutura e tivéssemos condições de manter a Dataci fornecendo informações, dados e serviços. Esse estudo está tramitando na Prefeitura e ainda não foi aprovado. / **Alexon Soares Cipriano:** — Qual o valor do aporte financeiro solicitado ao Município? / **Carlos Henrique Salgado:** — A partir de um estudo de viabilidade, lançamos para o Município, em 11/07, a proposta para o Orçamento/2017 de aporte de 2 milhões 490 mil 339 reais para atualizar vinte e cinco itens de infraestrutura, a qual está ficando sucateada. / **Alexon Soares Cipriano:** — Como servidor de carreira do Município, digo que todo ano recebemos um comunicado, informando que será feita uma fiscalização por parte da Dataci para retirar os chamados programas piratas, instalados para facilitar o dia a dia nos setores. Essa fiscalização é cobrada por órgãos externos e pelas empresas detentoras dos direitos desses programas. Cito como exemplo o AutoCAD, muito utilizado pelas secretarias que trabalham com planejamento urbano e obras. O Município tem a intenção de disponibilizar programas originais para que não haja mais esse tipo de problema? / **Carlos Henrique Salgado:** — Quando tomei posse, pedi, através de ofício, a cada gestor de pasta que, se tivesse esse tipo de programa, o retirasse, porque não podemos conviver com isso. A Dataci não tem condições nem recursos humanos suficientes para monitorar cada máquina. Em relação ao AutoCAD, de domínio da Secretaria de Obras, posso lhe dizer que esse não é um produto utilizado pela Dataci. Acredito que cada

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

gestor de pasta deve ter em sua dotação orçamentária recursos para comprar os produtos que necessita. Não é de domínio da Dataci fornecer produtos que são de gestão específica. / **Alexon Soares Cipriano:** — Hoje, o Município possui alguns espaços de acesso gratuito à internet. Existe alguma previsão orçamentária, do Município para com a Dataci, para criar outros espaços em que esse acesso seja possível? / **Carlos Henrique Salgado:** — Sim. Se tivermos dotação orçamentária para adquirir fibra óptica, roteadores, controladores, rádio, multiplicadores, antenas etc., que são equipamentos de domínio da Dataci, implementaremos mais seis pontos de internet, com autorização da Prefeitura, nos seguintes locais: Posto Paulo Pereira Gomes, no Marbrasa, no terminal rodoviário do interior, na Casa de Roberto Carlos, na Casa da Cultura e na Casa dos Braga. Hoje, são contemplados doze pontos de acesso gratuito à internet. / **Alexon Soares Cipriano:** — Qual é a estrutura administrativa, ou seja, o organograma, que o senhor tem para a realização desse serviço dentro do Município? / **Carlos Henrique Salgado:** — Esse é o único documento que eu não trouxe impresso, mas posso fornecê-lo depois. Temos um conselho superior administrativo, um conselho fiscal e a diretoria executiva, onde eu sou o diretor-presidente, havendo ainda dois secretários, uma assessoria jurídica e um motorista. O Alcione é o diretor técnico de informação, havendo lá gerência de infraestrutura, gerência de sistemas, gerência de canais e meia dúzia de consultores internos; o Marcelo Vivácqua é o diretor de gestão, onde há a diretoria de tecnologia e gestão, gerência de controladoria, gerência de negócios e gerência operacional. Na equipe, há um grupo de profissionais que não recebe nenhuma dotação de comissionamento. / **Alexon Soares Cipriano:** — Os recursos provenientes dos serviços prestados, tanto para a municipalidade quanto para empresas e pessoas físicas, são revertidos para a própria manutenção e ampliação da Dataci? / **Carlos Henrique Salgado:** — Sim, mas nós não vendemos para terceiros. / **Alexon Soares Cipriano:** — Somente para o Município? / **Carlos Henrique Salgado:** — Exatamente. Temos que fornecer serviço inclusive para vocês aqui, já que estamos resgatando essa parceria. Registro que foi pedido um estudo de viabilidade, nós o elaboramos e já o repassamos ao presidente da Câmara. Com relação aos recursos, o que recebemos é para pagar os tributos e as despesas com os colaboradores da folha. Não existe recurso de repasse, e sim prestação de serviço, que é pago através de manutenção e da concessão do sistema. / **Alexon Soares Cipriano:** — Agradeço a presença de toda a equipe e me coloco à disposição da Dataci para melhorarmos cada vez mais o serviço prestado por ela, que é uma empresa de extrema importância para o desenvolvimento da cidade. Esta Casa também está de portas abertas para o diálogo. / **Carlos Henrique Salgado:** — Quero lembrar que no site da Dataci há o Portal da Transparência, onde constam os balancetes de profissionais, de colaboradores, folha, enfim, todo o material que os senhores precisarem, pois essa foi uma solicitação do Ministério Público. / **Edison Valentim Fassarella:** — Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a Ábaco e o relacionamento dela com a Dataci, principalmente quanto às prestações de contas. / **Carlos Henrique Salgado:** — Quando cheguei à Dataci, tomei conhecimento de que a Ábaco era uma empresa que estava em Cachoeiro, com seus produtos e serviços, desde 2012 ou 2014. A Dataci não foi consultada quanto a isso nem fez nenhum termo de referência técnica, embora em nosso regulamento haja o artigo 34, que diz que todo e qualquer produto/serviço que fale de tecnologia de informação precisa passar por nós. Porém, isso não aconteceu. Agora, passo a palavra ao Alcione, que tem trinta anos de empresa e pode falar melhor sobre isso, já que conhece bem o processo da Ábaco. / **Alcione Dias:** — Boa-tarde a todos! A Empresa Ábaco foi contratada pela primeira vez pelo Município em 2004 indo até 2009, com uma parte do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

sistema de orçamento contábil e financeiro. Em 2009, ela foi recontratada, e, em 2012, o Município aderiu a uma ata do Tribunal de Contas, se não me engano, do Estado de Mato Grosso, onde eram previstas horas técnicas pela construção de sistema de informação. O Município aderiu a isso sem uma consulta técnica à Dataci. Portanto, repito que não fomos consultados nessa contratação específica. Com essa adesão, o Município tinha a intenção de modernizar o sistema, que contava com uma arquitetura computacional de desktop, o qual já era da própria Ábaco. Infelizmente, alguns problemas ocorreram do momento dessa adesão para cá. Desse sistema que ainda roda no Município hoje, a Ábaco teve a transição feita dela para ela mesma. A Dataci fazia o sistema contábil orçamentário financeiro até 1999; em 2000, quem ganhou a licitação para esses mesmos sistemas foi a SmaraPD, e de 2004 até hoje isso cabe à Empresa Ábaco. Então, a Dataci tem dezoito anos que não fornece sistema dessa área de orçamento contábil e finanças para o Município. / **Edison Valentim Fassarella:** — Qual a dificuldade de prestação de contas da Dataci com a Ábaco junto ao Tribunal de Contas? É preciso haver uma harmonia entre as duas empresas, não é? / **Alcione Dias:** — A Ábaco é uma empresa que presta serviços relacionados a seus sistemas, enquanto que a Dataci disponibiliza para o Município a infraestrutura para que todos os serviços de TI rodem, serviços próprios e de terceiros. Há outros terceiros, a Dataci não é a única fornecedora de sistemas do Município. Há mais nove sistemas, inclusive os que são contratados de terceiros, como a Empresa MV, que fornece sistema de saúde para todos os hospitais de Cachoeiro. A MV fornece um sistema de laboratório ao Município e usa a nossa infraestrutura e nosso site. Não temos enfrentado problemas nessa relação com terceiros; agora, a responsabilidade pelos serviços prestados e pelos resultados de cada um deles é das empresas que foram contratadas. A Dataci fornece a maioria dos sistemas, como o de arrecadação, mas esse especificamente que a Ábaco atua não fornecemos há dezoito anos. / **Ely Escarpini:** — Fiquei muito satisfeito com a apresentação de vocês. Parabéns pelo trabalho! / **Higner Mansur:** — Agradeço a presença de todos os senhores e os parabênzo pelo trabalho. Parabênzo também o Vereador Alexon por tê-los convidado. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — É um orgulho para os cachoeirenses ter a Dataci cuidando desse serviço no Município. É uma honra também saber da premiação que a equipe da Dataci recebeu na África e na Europa. / **Carlos Henrique Salgado:** — Quero informar que isso foi gratuito, pois a Dataci não gastou um centavo. Nenhuma viagem gerou ônus para a Dataci. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Parabênzo a toda a equipe. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — A Dataci é uma empresa pública de direito privado, mas ela pode fornecer serviços para quem quiser contratá-los? / **Carlos Henrique Salgado:** — Perfeitamente. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Aí, ela emite nota fiscal e recolhe impostos, conforme faz parte da renda da Dataci? / **Carlos Henrique Salgado:** — Sim. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Foi dito aqui que a Dataci não recebe repasse, mas, no artigo 4º da lei do orçamento de 2017 para este exercício, consta uma rubrica de 1 milhão, 380 mil e 500 reais para investimentos na empresa pública municipal. / **Carlos Henrique Salgado:** — Isso nunca chegou. Disseram que aquilo tinha que ser um decreto, uma lei, que teria que tramitar, fazer e acontecer. Como estava, não era a forma correta. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Os servidores recebem da própria Dataci, não é? Eles contribuem para o IPACI? / **Carlos Henrique Salgado:** — Não. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Então, a Dataci é uma empresa totalmente autônoma. Assim, o Município tem até uma participação, como se fosse, por exemplo, um sócio. / **Carlos Henrique Salgado:** — Não. Na verdade, o Município é o dono, pois a empresa foi criada na gestão do ex-prefeito Valadão, em 1987. Ela não recebe recurso do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Município. A Dataci tem vida própria pela venda de seus produtos para o próprio Município. Aliás, não é venda, e sim manutenção. É disso que sobrevivemos. O aporte é para trazer aquilo que nós precisamos, porque os recursos da receita da Dataci e suas despesas são muito equilibrados. É difícil de a Dataci, com sua receita, cumprir uma demanda de crescimento tecnológico e de modernização de seus equipamentos para atender a tudo o que apresentamos aqui, visto que os produtos de tecnologia da informação são muito caros, assim como suas licenças de uso. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — O Município paga mensalmente pelos serviços que utiliza? / **Carlos Henrique Salgado:** — Aqueles que são consumidos. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Como os links de internet e a internet livre? / **Carlos Henrique Salgado:** — Sim. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — O site da Secretaria de Fazenda, por exemplo, é desenvolvido pela Dataci? / **Carlos Henrique Salgado:** — Sim. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — A prestação de contas para o Tribunal de Contas tem que ser unificada, inclusive será mudado um monte de coisas. A Dataci desenvolve esse sistema ou o Município pode adquiri-lo de terceiro, se lhe for mais conveniente? Para adquirir esse sistema tem que ser homologado, chancelado? A Dataci tem que fazer parte do conselho de contratação desse serviço? / **Carlos Henrique Salgado:** — Desculpe-me, vereadora, mas eu não entendi. Essa prestação de contas cumpre o ritual de montar as planilhas. Esse é um produto livre, está na internet e não é um desenvolvimento da Dataci, embora até possamos orientar sobre como fazer isso, mas ele já é um produto auto inteligente, discursivo e amigável. / **Rodrigo Sandi:** — Há uns dois meses, visitei a Dataci e saí de lá muito feliz, pois, quando perguntei ao presidente se em Cachoeiro seria implantado o sistema de agendamento online quanto ao serviço prestado pela Casa do Cidadão, cujo ideia busquei em Vitória, ele já tinha o projeto pronto. Então, gostaria que o senhor explicasse para os vereadores o que é esse sistema online. / **Carlos Henrique Salgado:** — Eu não tenho todas as sequências das ações do agendamento online, visto que há diversas facilidades e é preciso lembrar também que em Vitória as realidades são diferentes das de Cachoeiro. Pedimos ao pessoal de lá para vermos esse programa, assim como solicitamos também outro chamado bem-estar, ligado à área de saúde. Para que esses produtos cheguem aqui, é preciso que a equipe de tecnologia de informação de Vitória mande toda a estrutura dos dados para as instalações. Repito que não tenho detalhadamente as ações que o agendamento online promove. Faremos aqui a mesma coisa que acontece em Vitória, pois a ideia é trazer a plataforma em sua íntegra, com vistas a atender às necessidades do Município. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Eu visitei algumas unidades de saúde e vi que nelas funcionam farmácias que entregam medicamentos aos municípios. Os funcionários precisam dar baixa nos medicamentos antes de entregá-los, mas enfrentam problemas devido à velocidade da internet, inclusive alguns fazem isso em suas próprias casas. Aumentar essa velocidade é uma demanda de vocês ou a prefeitura tem que provocar a Dataci para isso? / **Carlos Henrique Salgado:** — O que pode gerar isso, talvez, não seja a velocidade, e sim o sistema que está rodando no ambiente. Eu tomei conhecimento desse fato em conversas, mas ninguém fez uma comunicação à Dataci. Parece que o próprio sistema tem algumas questões quanto à sua operacionalização. Amanhã, em conjunto com a secretária de Saúde, tomarei ciência sobre alguns outros fatores. Ressalto novamente que parece que o problema é no sistema, e não na velocidade. / **Miter Mayer de Oliveira Ferreira:** — Uma coisa é a contratação de internet; outra, a rede do local. Se você comprar um equipamento ruim para atender a todos os pontos de sua casa, o seu computador terá dificuldade para chegar a esses pontos. A operadora entrega o link até o equipamento dela, e você é que distribui isso dentro

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de sua casa. Não quero colocar a culpa na Secretaria de Saúde, mas várias pastas enfrentam problemas por conta de os equipamentos estarem sucateados. Muitas vezes, ao dividir a internet com os vizinhos, lá na ponta, a perda de sinal é muito alta, o que acaba comprometendo o serviço. Isso, aliado a algumas questões do próprio sistema da Datasul, em Brasília, que tem apresentado problemas de lentidão, acaba gerando a perda de sinal, o que o usuário percebe na ponta. No governo passado, oferecemos à Secretaria de Saúde a possibilidade de fazer uma conexão direta de link de internet ao computador da atendente para eliminar essa questão. A Secretaria de Saúde também tem uma equipe de TI local, a qual pode interagir conosco sobre isso. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Não chegou até vocês essa reclamação, e isso me preocupa, porque o andamento continuará ruim. / **Miter Mayer de Oliveira Ferreira:** — Amanhã, teremos uma reunião na Secretaria de Saúde para tratar de outros assuntos e poderemos abordar essa questão também. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Foi a Dataci que fez o programa que será aplicado nos ônibus, não é? / **Carlos Henrique Salgado:** — É o sistema de gestão veicular. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Gostaria de saber em que fase isso se encontra, se já existia algum projeto, quanto isso custou e se esse monitoramento vai reduzir a tarifa. / **Alcione Dias:** — O sistema de gestão veicular foi encomendado em 2013, pela Agersa. A Dataci começou a trabalhar nesse projeto, e tivemos a proposta aceita pela agência. Foram dois anos de trabalho para que esse projeto fosse construído. O custo dele, entre pessoal, construção do produto, algumas licenças de software, materiais etc., foi orçado em 935 mil reais, se não me engano, mas a Dataci não conseguiu receber esse valor. Como trabalhamos muito nesse projeto, se não o concluíssemos, seria um prejuízo maior, já que não teríamos a possibilidade de vender esse produto. Então, efetivamente, isso ficou pronto em 2015. Seria necessário que todos os veículos do transporte urbano fossem equipados com um aparelho de rastreamento; do contrário, não seria possível fazer as medições de rotas cumpridas, quilometragem etc.. Com o Wilson na Agersa, já em fevereiro deste ano, ele conseguiu que todos os veículos do transporte coletivo, os cento e quarenta e seis ônibus, fossem equipados com rastreadores, e aí o sistema passou a funcionar plenamente. Esse sistema faz toda a gestão do contrato de concessão do serviço de transporte coletivo. Se o contrato diz que a linha Centro X Village, por exemplo, deve ter sete viagens/dia, o sistema monitora o veículo, diz se essas viagens foram feitas e até se alguma foi suprimida devido ao pouco movimento em determinado horário. O sistema indica isso e prepara uma notificação que, automaticamente, é inserida no sistema de arrecadação do Município para uma possível autuação. O sistema vai vigiar e tende a deixar o serviço mais bem gerido; assim, a população será atendida de forma satisfatória. Quanto à tarifa, isso depende de outras questões que não são tratadas no sistema. / **Wallace Marvila Fernandes:** — O valor de 935 mil reais não foi repassado pela gestão anterior, mas a atual pagou alguma coisa para usar esse serviço, esse projeto que vocês fizeram? / **Alcione Dias:** — O projeto é orçado; a partir daí, o sistema passa a entrar em produção, sendo necessária uma manutenção mensal para que tudo funcione. O Município, através da Agersa, tem arcado com as manutenções mensais, que é o que nos faz conseguir trabalhar e evoluir no produto, ao ponto de ainda este ano o aplicativo ser disponibilizado para a população visualizar as linhas, os itinerários e até a distância do veículo ao local em que ela está, proporcionando, assim, um maior conforto aos usuários. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Então, esse valor não foi repassado, e estão dando manutenção orçamentária para vocês continuarem a fazer o trabalho. Dentro do contrato, eles têm que pagar esse valor? / **Alcione Dias:** — O contrato foi feito para as manutenções. A encomenda do projeto ficou meio que de lado. O sistema já está

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

disponível e funciona para a Agersa e para o Executivo, inclusive podemos apresentá-lo para a Câmara. Este ano, será entregue o aplicativo, e haverá a fase de teste. Se a Agersa achar que ele está válido e coerente, em seguida, o Município o entregará à população. Agora, o sistema em si, que faz toda a gestão e fiscalização, já foi entregue e está operando desde 2015, embora com plenitude só a partir de fevereiro de 2017, quando os veículos foram equipados. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Parabéns à equipe pelo trabalho que desenvolve! / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — A Dataci já presta serviço para a Câmara quanto ao sistema de proteção. Todos sabem que o sistema interno do Legislativo foi invadido duas vezes por hackers. Agora, estamos em entendimento quanto à implantação de uma internet potente, Wi-Fi, o que é uma reivindicação de todos os vereadores. Passo a palavra ao Carlos Henrique para suas considerações finais. / **Carlos Henrique Salgado:** — Estivemos aqui há cerca de um mês, numa reunião, quando tivemos a oportunidade de transferir conhecimento. Hoje, há aqui esse sistema com proteção e também algumas facilidades que fizemos. Agora, preparamos um estudo analisando a possibilidade de colocar Wi-Fi nos quatro andares da Câmara. No projeto piloto, constavam inicialmente dois andares por uma questão de custos, mas, em conversa com a presidência da Casa, chegamos à conclusão de que será melhor disponibilizar isso no prédio todo. Apresentei o orçamento ao presidente, e ele fará uma análise de possibilidade, pois isso vai facilitar o trabalho dos senhores, visto que vão poder transferir aos eleitores, em mídia e em tempo real, tudo o que acontecer no plenário. A antena deste prédio será utilizada até para facilitar a questão do Wi-Fi desta Casa. Esse é o sistema radar em ação, o mesmo que nos possibilita acompanhar, ao vivo, o tráfego dos ônibus no Município, identificando até se estão em desvio de rota. Inclusive, conforme o Alcione comentou, brevemente, o prefeito fará a entrega desse aplicativo. Convido os vereadores a visitarem a Dataci para conhecerem um pouquinho mais do nosso trabalho e como funcionam esses produtos. Solicito também a colaboração e o apoio dos senhores, principalmente quanto à parte do orçamento. Sem orçamento, não conseguimos fazer previsões. Se não tivermos equipamentos adequados e condizentes para manter essas estruturas, fica difícil trabalhar. Para encerrar, convido a todos para, no dia 27/08, participarem, na Multivix, da abertura da InnovaCities, que este ano acontecerá em Cachoeiro de Itapemirim. Em outubro, teremos o Hackathon, que é o mundo acadêmico voltado a desenvolver produtos e serviços em dois dias, o que também será interessante para o Município. Muito obrigado! / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Agradecemos a presença do Salgado e de sua equipe e os convidamos a virem à frente do plenário para o registro de uma fotografia oficial. Antes disso, como a Rose, servidora exemplar da Casa, está aniversariando hoje, vamos cantar parabéns para ela. Rose, desejo-lhe muitos anos de vida, paz e saúde. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente sessão, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva e Rosemere Duarte Biazatti, Redatoras de Atas, lavramos após redigi-la. _____

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

